

A ACLAMAÇÃO E OS FEITOS DO SENHOR DOM JOÃO IV *

Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto
Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar

Exmo Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército.

Meu General

Sendo a primeira vez que tenho oportunidade de, em sessão formal, me dirigir a V^aEx^a no exercício das funções em que há pouco foi empossado, quero aproveitar para, egoisticamente, lhe desejar as maiores felicidades profissionais pois elas serão também, as felicidades da Instituição a que pertencemos e que muito prezamos. Desejo-lhe os maiores êxitos.

Exmo Senhor General Comandante da Academia Militar

Não posso deixar de agradecer a V^a Ex^a o simpático convite para estar aqui hoje, convite que não podia recusar não só pela honra com que ele me distingue mas também pelo grande prazer que sinto sempre no regresso a esta casa que continuo a sentir como minha.

Altezas Reais

Cumprimento Vossas Altezas como ilustres representantes do nosso homenageado de hoje, o Senhor Dom João IV.

Senhores Convidados

Senhores Professores

Minhas Senhoras e meus Senhores

Caros Cadetes

Fui convidado concretamente para vos vir falar sobre o «Significado da Época da Restauração e os Feitos de D. João IV». Atrevi-me a alterar, sem consulta prévia, o título da comunicação para «A Aclamação e os Feitos do Senhor D. João IV» por me parecer que ele corresponde melhor aos fins que me proponho sem que me desvie do que julgo se pretendia com a proposta que me foi feita.

* Conferência proferida no âmbito das Cerimónias de Evocação dos 375 Anos da criação da “Lição de Artilharia e Esquadria”, realizado na Academia Militar no passado dia 13 de maio de 2016.

Começarei por explicar porque prefiro o termo «aclamação» ao de «restauração», preferência que sei ser polémica. É que, normalmente, se associa a restauração a designação «da independência», o que considero erro crasso porque não se pode restaurar o que não se perdeu e a independência portuguesa não foi perdida durante os sessenta anos da dinastia filipina¹. Obviamente que a nossa soberania ficou prejudicada com a dualidade das coroas espanhola e portuguesa numa mesma cabeça: os inimigos de Filipe II de Espanha não podiam ser amigos de Filipe I de Portugal e os nossos interesses foram, por vezes, bem preteridos em favor dos interesses de Castela. No entanto, há que reconhecer que as promessas de Tomar em 1580 foram, de um modo geral, cumpridas²: houve um governo de Portugal, quase sempre em Lisboa, e um outro governo de Espanha em Madrid; os nossos governantes foram sempre portugueses e os vice-reis quando existiram ou eram portugueses ou membros da família real, tal como fora prometido; os nossos governadores ultramarinos, também eles, foram sempre portugueses; a nossa moeda manteve-se; os reis espanhóis de Portugal nunca usaram, em Portugal e nos seus territórios, senão o escudo de armas que como tal lhes competia; etc., etc., etc.. De jure Portugal foi sempre independente apesar de De facto ter sofrido alguma perda de soberania, tal como agora com a Troika, mas julgo que a ninguém lembrará dizer que entre 2011 e 2014 Portugal perdeu a independência.

Considero, por isso, que, à semelhança do que antes tinha acontecido com D. João I, o 1º de Dezembro foi um golpe de estado que derrubou o Chefe do Estado para aclamar um outro. D. João IV não foi rei por sucessão mas foi-o por aclamação, tal como o seu homónimo do século XIV.

Poder-se-á discutir se tal golpe de estado foi legal ou ilegal, isto é, se foi executado contra um poder ilegítimo assim se legalizando o acto ou se, pelo contrário, se atacou um poder legítimo sendo, por isso, ilegal. Julgo fácil demonstrar que as faltas que Filipe III e Filipe IV e os seus ministros estavam cometendo contra as promessas de Tomar ilegalizavam o governo tornando legítima a deposição do rei, sendo, até, segundo alguns, legítima a sua morte.

Quando lemos documentos coevos, jamais encontramos o termo «restauração» mas sempre o de «aclamação» sendo, até, as guerras que sofremos ao longo dos 28 anos que separam o 1º de Dezembro da paz aceite por Espanha em 1668, o de Guerras da Aclamação.

Muito sucintamente procurei explicar porque prefiro falar de aclamação em vez de restauração.

¹ Há quem argumente que também se restaura um quadro que nunca se perdeu. Julgo-o um argumento falacioso porque, neste caso, o que podia ser restaurado era Portugal (tal como considera o Conde da Ericeira no seu Portugal Restaurado) mas nunca restaurar uma independência que não precisava de o ser.

² Mesmo com Filipe IV e Olivares, em Junho de 1640, o duque de Bragança D. João, face à recusa dos «*mestres-de-campo e coronéis dos terços de Lisboa de nação portuguesa se recusarem a acatar ordens do mestre-de-campo-general castelhano*», exprimiu superiormente o seu desagrado porque «*as tropas portuguesas deveriam servir sob comando de naturais e qualquer outra solução injuriava os foros de Portugal*», cf. Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha, D. João IV, pp. 14-15.

Uma vez aclamado D. João IV previsivelmente Filipe IV iria retaliar; não se sabia como se comportariam os territórios ultramarinos, alguns deles ocupados em parte pelos inimigos da Espanha, com holandeses no Brasil, em Angola e no Oriente e franceses interessados no Brasil.

Com grande probabilidade iríamos ter problemas em todos esses territórios; havia que acautelar as fronteiras no continente europeu e tentar, pela via diplomática, obter apoios junto dos nossos antigos aliados inimigos da Espanha. Há que admitir que a ocasião para o golpe de estado não foi escolhida ao acaso, pois a revolta da Catalunha vinha mesmo a calhar para nos dar o tempo mínimo necessário para nos prepararmos militar e diplomaticamente para o embate.

Começemos por analisar algumas questões militares. Desde D. Afonso V, com a batalha de Toro (1-III-1476), que Portugal não combatia na Europa. Como bem sabemos as táticas e as estratégias são consequência do terreno, do inimigo e dos meios, sendo estes três factores completamente diversos dos da Europa em África, nas Américas ou no Oriente. Logo, as táticas e as estratégias usadas nos campos de batalha europeus eram-nos desconhecidas. É certo que havia um certo número de nobres que, ao serviço dos Filipes, serviam a Espanha nos campos da Flandres, mas estes eram em número limitado e não se sabia qual a sua reacção ao golpe de estado. As nossas armaduras eram leves para serem usadas em climas muito quentes, os nossos cavalos eram ligeiros, rápidos e facilmente manobráveis para a «gineta» que se impunha nos territórios em que nos batêramos até então, os nossos inimigos usavam armamento de menor qualidade que o nosso e os terrenos e clima eram também bem diferentes. Havia que adequar os nossos conhecimentos táticos para nos adaptarmos ao que iríamos ter pela frente. Ainda em Dezembro de 1640 D. João IV toma decisões cruciais no campo militar. Cria o Conselho de Guerra que, a solicitação régia, devia elaborar pareceres sobre os mais variados assuntos do foro militar numa época em que a disciplina e justiça militar nasciam, presidido pelo capitão-general, cargo que substituíra o de condestável, integrando dez conselheiros nomeados de entre personalidades com experiência militar, um juiz assessor, um promotor e um secretário. Criou-se também a Junta de Fronteiras incumbida do que dizia respeito às fortificações, cuja importância era capital. Decretam-se disposições relativas à fundição do ferro e reorganiza-se a fábrica de balas e artilharia e criam-se oficinas para o fabrico de armas ligeiras, de pólvora e de salitre. As coude-larias do Alentejo, Ribatejo, Coimbra e Mogadouro são reactivadas³. Logo depois, em 13 de Maio de 1641 - por isso estamos aqui hoje -, é criada a Lição de Artilharia e Esquadria que pouco depois se designa por Aula da Fortificação e Arquitectura Militar para formação de Oficiais que dela saíam como alferes de Infantaria com exercício de Engenheiro, isto é, oficiais que se destinavam a reocupar e recuperar as fortalezas da raia para defesa da fronteira, fortalezas que nos últimos sessenta anos tinham sido descuradas por não haver fronteira a defender.

³ Gabriel do Espírito Santo, *Restauração 1640-1668*, APH, 2008, pp. 36-37.

Não consigo deixar de fazer nesta altura um parêntesis para vos dizer que tem sido uma minha luta de décadas convencer a Academia Militar de que não podia andar a festejar o seu aniversário a partir da entrada em cena do marquês de Sá da Bandeira, quando todo o ensino superior militar se demonstra documentadamente ter tido início em 1641, deitando fora, com consequências até internacionais, cerca de duzentos anos de história. Quero publicamente agradecer aos nossos Generais Rodrigues da Costa e Vieira Borges o facto de finalmente terem, no ano em curso, recuado a data para 1790 com a criação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho. Este colóquio faz-me acreditar que no próximo ano, se festejarão os 376 anos do ensino superior militar em Portugal, mostrando bem que todos estes estabelecimentos de ensino são antecessores directos da actual Academia Militar.

Na sequência das decisões já referidas houve que preparar os militares portugueses para uma organização militar diferente, que se ajustasse às novas tácticas a utilizar, o que não foi fácil por os hábitos e privilégios enraizados serem sempre de difícil remoção. Por exemplo, os capitães de cavalos, donos e senhores das suas companhias de ginetes, actuando sem outras dependências hierárquicas que não dos próprios generais, não queriam integrar esquadrões que, por sua vez, constituíam regimentos; não aceitavam passar a depender hierarquicamente de tenentes-coronéis e de coronéis. Também era necessário acorrer aos problemas do império, nomeadamente aos que tinham implicações militares, e, para o efeito, em 1642, é criado, por sugestões apresentadas por um grupo de conselheiros promotores da secessão portuguesa, o Conselho Ultramarino, detentor de grande margem de intervenção de índole político-militar.

O cardeal Richelieu, de França, prometera um apoio de 4.000 homens, mandando, logo em 1641, um contingente de apenas 100 militares, oficiais na sua maioria, nos quais se incluíam franceses mas também irlandeses, genoveses e venezianos; muito longe, portanto, das promessas feitas.

Ainda no mesmo ano chega também um contingente holandês, contratado pela Coroa por três anos, constituído por um regimento de cavalaria a dez companhias, comandado pelo TCor Jan Willelm van Til.

Em finais de 1642 o Exército do Alentejo dispunha de 5.127 infantes, dos quais 4.918 portugueses e 209 estrangeiros e de 1.167 cavaleiros, dos quais 607 portugueses, 239 franceses e 321 holandeses. A totalidade do Exército do Alentejo nos finais de 1642 era, pois, de 6.294 homens o que, obviamente, era demasiado escasso para enfrentar o que a Espanha nos poderia opor ⁴.

Como as dificuldades continuavam houve que considerar necessário chamar a Portugal um especialista que nos organizasse e instrísse. Em 11-XI-1660, depois de grandes diligências diplomáticas e com 20 anos de atraso, por indicação de Luís XIV, rei de

⁴ Cf. Penin de Freitas, «Armas e Praças Fantásticas: Efectivos, Armamento e Equipamento das Unidades Estrangeiras ao Serviço da Coroa Portuguesa no Período Inicial da Guerra da Restauração (1641-1645)», *Actas do XXI Colóquio de História Militar*, CPHM, p.492.

França, chega a Lisboa o marechal Schomberg, discípulo de Turenne e de Gustavo Adolfo, trazendo consigo vários oficiais e, até, algumas unidades constituídas. Mesmo assim, a sua presença foi grandemente hostilizada pelos generais portugueses o que, sendo compreensível do ponto de vista do brio pessoal, não parece aceitável se atendermos ao interesse nacional. Chamo a vossa atenção para o facto de que estamos no pós 1640, com unidades e militares franceses e holandeses presentes em Portugal para connosco combaterem a Espanha mas que no nosso Ultramar, nomeadamente no Brasil e em Angola, se mantinham como ocupantes sem darem indícios de quererem perder o que haviam obtido no tempo dos Filipes. Tais situações impunham uma actividade diplomática intensíssima. É com D. João IV que deve considerar-se a institucionalização da diplomacia profissional. As primeiras embaixadas foram confiadas ou a militares que tinham participado na conjura do 1º de Dezembro, ou a eclesiásticos, coadjuvados por magistrados, que estão na base da escola diplomática portuguesa no século XVII e que, nalguns casos, acabaram por chefiar as missões portuguesas no estrangeiro⁵. Logo em 1641 são enviados para França o conde da Vidigueira e almirante dos mares da Índia e para Inglaterra D. Antão de Almada, este acompanhado pelo desembargador Francisco de Andrade Leitão e por António de Sousa de Macedo como secretário⁶.

São nomes importantes desta fase da diplomacia joanina, entre outros, os de Francisco de Sousa Coutinho (Dinamarca, Suécia e, mais tarde, na Haia), de D. Fernando Teles de Faro, nos Estados Gerais, do Dr. Feliciano Dourado, em Paris, mais tarde substituído por D. João da Costa 1º conde de Soure, um dos conjurados do 1º de Dezembro, de Francisco de Melo Torres, futuro conde da Ponte e marquês de Sande, na Inglaterra, do Dr. António da Silva e Sousa, na Suécia, de Pedro da Silva Henriques, em Liorne, ou dos irmãos Duarte e Manuel Nunes da Costa, em Hamburgo, ou de Jerónimo Nunes da Costa, em Amesterdão⁷. Como referi, alguns destes profissionais da diplomacia começaram por ser militares de gabarito, como, p.ex., o marquês de Sande, militar experimentado nas campanhas do Alentejo, mas que é quem consegue assinar com a Inglaterra o tratado de 18 de Abril de 1660 pelo qual foi permitido a Portugal comprar armas e alistar tropas em Inglaterra, até 12.000 infantes e 2.500 cavaleiros, e fretar navios, até ao número de vinte e quatro, embora com reservas de comandos a oficiais ingleses.

Neste mesmo ano de 1660 é restaurada a monarquia em Inglaterra, retomando-se o projecto de casamento de Carlos II com a infanta D. Catarina, casamento cujos acordos, conduzidos pelo marquês de Sande, com quem Carlos II mantinha muita familiaridade, foram decisivos para o reconhecimento da aclamação de D. João IV e para por termo à guerra com a Espanha⁸.

⁵ Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, 3ª edição, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 190, n.p.p. 33.

⁶ Vd. P. M. Laranjo Coelho, *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira, Embaixador em França*, Vol. I, 1940.

⁷ Vd. Ana Leal de Faria, «Guerra e Diplomacia no Século XVII. As Manobras Diplomáticas na Contratação do Conde de Schomberg», *Actas do XXI Colóquio de História Militar*, CPHM, Lisboa, p. 821.

⁸ Soares Martinez, *op.cit.*, pp. 197-198.

No período inicial ocorreram episódios que hoje consideraríamos trágico-cômicos, como o que nos conta Soares Martinez na sua História da Diplomacia Portuguesa⁹, no qual, durante a embaixada do conde de Penaguião¹⁰ em Londres, um seu irmão, Pantaleão de Sá, que era adido à embaixada, matou em duelo um oficial inglês e foi, por isso, condenado à morte e decapitado (1654), juntamente com quatro criados da embaixada, apesar de todos os protestos portugueses, sendo o conde de Penaguião expulso do país. Em Lisboa retaliou-se com um atentado contra o embaixador inglês, Meadowe, sem que dele resultassem mais do que alguns ferimentos. Este conde de Penaguião era, desde 1642, conselheiro de Guerra e de Estado, seguindo para Inglaterra como embaixador extraordinário em 1652 com a finalidade de conseguir o apoio de Cromwell para Portugal. Já depois do seu regresso de Inglaterra ainda se bateu com galhardia nas Guerras da Aclamação, tomando parte muito activa no mal sucedido cerco de Badajoz do qual, doente e deprimido, se recolheu ao convento de S. Francisco nos arredores de Elvas onde veio a morrer quando este já estava ocupado pelos espanhóis, que lhe prestaram todas as homenagens devidas à sua categoria de general que tão bravamente se havia batido¹¹.

No campo da diplomacia não foi possível ultrapassarem-se as dificuldades com a Santa Sé senão depois da paz com a Espanha em 1668. D. João IV, logo em 1641, enviou o bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, como embaixador a Roma mas este não obteve ali acolhimento para além da cortesia devida à sua dignidade eclesiástica e civil. O mais que se conseguiu foi que o Papa Urbano VIII, contra os desejos expressos de Filipe IV, não condenasse formalmente a revolta de Lisboa e muito menos condenasse o próprio duque de Bragança, sem que houvesse um prévio processo judicial em que as razões destes fossem ouvidas. Durante a estadia de D. Miguel em Roma ali chegou um novo embaixador de Espanha que logo provocou um combate armado nas ruas de Roma entre os seus homens e a escolta do bispo de Lamego que, ao contrário do que os espanhóis esperavam, se defenderam com valentia daí resultando 20 mortos e dezenas de feridos, tendo D. Miguel regressado a Lisboa em 1642. Com Inocêncio X e Alexandre VII, sucessores de Urbano VIII, nada melhorou¹². Como referimos o conflito só foi ultrapassado com Clemente IX já depois do tratado de paz com a Espanha, não sem que as relações continuassem tensas. Verdadeiramente só com Bento XIV tudo se sanou quando este, em 1748, mais de cem anos depois do 1º de Dezembro, declarou Portugal como Nação Fidelíssima e D. João V como Rei Fidelíssimo.

⁹ Idem, *Ibidem*, p. 197, n.p.p. 42.

¹⁰ 3º Conde, João Rodrigues de Sá e Menezes (1619-1658), alcaide-mor do Porto, distinto nas Ciências e nas Letras, falava correctamente as principais línguas europeias, cf. Zuquete, *Nobreza de Portugal*, vol. III, pp. 112-113. Foi um dos 40 conjurados de 1640, sendo nomeado camareiro-mor de D. João IV e de D. Afonso VI. No Conselho de Guerra, em consulta de 17-XI-1643, juntamente com Álvaro de Sousa e Jorge de Melo, fez um balanço muito geral das necessidades militares do império.

¹¹ Idem, *ibidem*.

¹² Soares Martinez, *op.cit.*, pp. 191-194.

Enquanto se diligenciava através da diplomacia encontrar apoios políticos e militares para a causa de D. João IV, era também necessário saber como reagiriam à mudança os territórios ultramarinos. Penso que consequência do facto, que já referi, de sempre terem sido portugueses a governarem tais territórios e estes não terem sofrido contacto directo da Espanha, sendo dirigidos pelo governo português de Lisboa, logo que conhecidos os acontecimentos, todos se declararam ao lado de D. João. Uma única excepção se verificou – Ceuta. Aqui, ao contrário do que nos restantes territórios sucedeu, o governador reuniu os seus capitães e colocou em votação a decisão do apoio a D. João ou a Filipe IV; diz-se que por escassos votos de diferença a decisão pendeu para Filipe IV e, assim, após 225 anos de Ceuta portuguesa, esta passou-se para Espanha. Neste caso pode dizer-se que democraticamente Portugal perdeu. Esta situação, sendo muito positiva por um lado, criava outros consideráveis problemas. O Ultramar português espalhava-se pelos cinco Continentes; aliados nossos na Europa eram nossos inimigos noutras paragens do Globo. A globalização portuguesa tornava as Guerras da Aclamação, como diria o vosso comandante do Corpo de Alunos, o Cor Nuno Lemos Pires, excelente historiador, numa Guerra Global a travar nos cinco cantos do Mundo. Se não era difícil calcular a fraqueza das nossas probabilidades de êxito contra a maior potência militar europeia, parecia impensável admitir a possibilidade de manter simultaneamente guerra com outras potências nas duas margens do Atlântico, do Índico e no Pacífico.

Em 1641 os holandeses no Oriente conquistam Malaca, em Angola conquistam Luanda, apoderam-se de São Tomé e Príncipe e, na Índia, ameaçam Goa e apoderam-se de parte da Ilha de Ceilão que se vai perder definitivamente em 1658. No entanto, tudo se conjugou a nosso favor. A Catalunha distraiu a Espanha dando-nos tempo para preparar a defesa do território europeu. No Brasil, em 1649, vencem-se os holandeses na segunda batalha dos Guararapes que depois de lá são expulsos e é no Brasil que se organiza a expedição que os vai expulsar de Angola. Em Macau os portugueses impediram as ambições abusivas dos espanhóis das Filipinas na sequência do que determinaram a criação do Leal Senado e, mais tarde, mereceram o reconhecimento dos Braganças a essa «sempre leal cidade». Na Ásia, na Índia e no Extremo Oriente, não foi possível recuperar algumas praças perdidas no tempo dos Filipes e em 1641 mas foi possível manter quase tudo. O impossível fez-se! Milagre?... Provavelmente D. João IV acreditou que sim e por isso decidiu agradecer a Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, fazendo-a rainha de Portugal, cedendo-lhe a sua coroa, que jamais foi usada pelos reis seus sucessores que, nos actos solenes, a mantinham ao lado sem a colocarem na cabeça.

O que me parece importante referir ainda, porque foi, sem dúvida, parte fundamental dos «feitos de D. João IV» no que se refere à organização militar do reino, foi a criação do que poderemos chamar o exército permanente. Até então, o exército formava-se por mobilização ocasional, quando necessário, a partir das Ordenanças existentes

desde D. Manuel I e institucionalizadas por D. Sebastião, se bem que, como nos diz o actual Director do IDN, General Vítor Rodrigues Viana, na sua tese de mestrado¹³, «já os antigos concelhos dispunham da sua própria peonagem que, mais tarde, D. Dinis alista regularmente constituindo a milícia municipal dos “besteiros do conto”, criando assim pequenos corpos militares – verdadeiros profissionais remunerados – com os seus comandos permanentes» ou, ainda, bem depois, algumas unidades especiais como as guardas reais de D. João II poderiam considerar-se como um primeiro embrião de um exército permanente.

O agora designado exército regular, formado por militares profissionais pagos, passa até a ter uma fraca opinião sobre os ordenanças e auxiliares tal como nos diz Mateos Roiz no seu manuscrito «*como não he gente paga não fazemos caso della per muita que seja*»¹⁴.

A estrutura hierárquica do exército caracteriza-se, no entanto, por relações nem sempre bem definidas, não havendo diferenciação precisa entre posto, cargo e função¹⁵.

Neste período os postos podem dividir-se em Oficiais inferiores, Sargentos e Outros que incluem soldados, cabos de esquadra, sargentos, alferes, furrieis-mores e tenentes; Capitães, incluindo os de infantaria, de dragões, de cavalos arcabuzeiros e de cavalos couraças; Oficiais maiores que incluem sargento-mor, comissário-geral de cavalaria, mestre-de-campo, coronel, tenente-general de cavalaria, quartel-mestre-geral, tenente-de-mestre-de-campo-general e sargento-mor-de-batalha; e, finalmente, os Cabos Maiores do Exército incluindo o governador da cavalaria, general de cavalaria, mestre-de-campo-general, governador das armas, tenente-general do exército e capitão-general do exército. A artilharia era considerada como uma actividade de apoio ao exército, cujos profissionais eram equiparados aos diversos postos militares mas, no entanto, sem o serem, podendo hierarquizar-se segundo a seguinte ordem: soldado artilheiro, gentil-homem, capitão de artilharia, furriel-mor, comissário-geral da artilharia, tenente-general da artilharia, mestre de campo, tenente-de-mestre-de-campo-general e general de artilharia. Ao longo dos anos o exército evoluiu em qualidade e quantidade podendo sintetizar-se essa evolução pelos seguintes dados¹⁶:

Em 1642 havia 19.040 homens, sendo 14.996 de infantaria e 4.044 de cavalaria distribuídos pelo Alentejo (11.550), Beira (3.957), Trás-os-Montes (1.810) e Entre-Douro-e-Minho (1.723);

Em 1652, dez anos depois, os números baixaram para 15.671, sendo 12.572 de infantaria e 3.099 de cavalaria distribuídos pelo Alentejo (9.387), Beira (3.432), Trás-os-Montes (1.564) e Entre-Douro-e-Minho (1.288);

Em 1666, na fase final das Guerras da Aclamação, atingiram o seu número mais elevado

¹³ Vítor Rodrigues Viana, *A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo*, IAEM, 1996, p. 25.

¹⁴ Mateos Roiz, *Campanha do Alentejo (1641-1654)*, Manuscrito na Biblioteca da Universidade de Coimbra.

¹⁵ Penin de Freitas, *O Combatente Durante a Guerra da Restauração*, Prefácio, 2007, p. 111.

¹⁶ Cf. Penin de Freitas, *op.cit.*, p. 137.

37.800 homens, sendo 30.000 infantes e 7.800 cavaleiros, distribuídos pelo Alentejo (16.000), Beira (9.600), Trás-os-Montes (5.800) e Entre-Douro-e-Minho (6.400).

Uma característica distinguia bem os exércitos do século XVII dos de hoje em dia, pois, conforme nos diz Penin de Freitas¹⁷, «a mulher estava presente em quase toda a parte onde os militares se encontravam: sob o mesmo tecto quando eram os patrões a disponibilizar o alojamento, na proximidade vizinha quando havia quartéis separados nas praças, e até mesmo em campanha, quando acompanhavam o exército como esposas, concubinas, vivandeiras, ou por qualquer outro motivo. Por vezes empunhavam armas e lutavam ao lado dos militares.» O estabelecimento de laços entre militares pagos e a população feminina era praticamente inevitável, como nos refere Mateos Roiz ao afirmar que «não há capitão nenhum que não tenha sua amiga das portas adentro».

Foi com este exército permanente que, ao longo de 28 anos, as Guerras da Aclamação se foram conduzindo, nos primeiros anos com pequenas escaramuças de um e do outro lado da fronteira, lembrando os alardos, apelidos e razias de séculos bem anteriores, e, na parte final, já com verdadeiros combates e batalhas, que foi possível vencermos contra os melhores generais de Espanha.

Montijo (26-V-1644) em que o governador das armas do Alentejo, Matias de Albuquerque, sai com um exército de 6.000 infantes e 1.100 cavaleiros e 6 peças de artilharia, penetrando em território adversário, atacando e saqueando as povoações de Vilar del Rey, Puebla de Obando e Rosa de la Sierra que incendeia, dirigindo-se a Montijo, povoação rica que ataca e saqueia nela se mantendo dois dias esperando que o inimigo lhe viesse dar combate. Quando decide regressar a Portugal o barão de Mollingen, na confluência dos rios Xévorá e Guadiana, com uma força superior à sua, ataca-o num combate que durou 6 horas no qual perdemos 900 homens entre mortos e prisioneiros, mas em que fizemos 3.000 baixas aos castelhanos de quem recolhemos 4.500 armas. Foi uma vitória importante para o esforço diplomático de Portugal¹⁸.

Linhas de Elvas (14-I-1659). Joane Mendes de Vasconcelos, então governador das armas do Alentejo, com um exército de 12.000 infantes e 3.000 cavaleiros tenta tomar Badajoz sem êxito recolhendo, após quatro meses, a Elvas quando ali se apresentava D. Sancho Manoel, futuro conde de Vila Flor, que a rainha regente tinha nomeado mestre-de-campo-general. Em Madrid reunira-se um exército de socorro a Badajoz constituído por 14.000 infantes, 5.000 cavaleiros e a artilharia proporcional, cujo comando é dado ao conde-duque de Olivares, e que entra em Portugal ocupando a 22-X-1658 o convento de S. Francisco, fora de portas, em Elvas. É montado o cerco que vai durar três meses enquanto se não arranjou um exército de socorro que só a 11 de Janeiro saiu de Estremoz composto por 8.000 infantes, dos quais só 2.500 eram pagos, 2.900 cavaleiros e 7 peças de artilharia sob o comando do conde de Cantanhede. Às 8

¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 279-281.

¹⁸ Espírito Santo, *op.cit.*, pp. 80-84.

horas da manhã de 14, logo que o nevoeiro começou a dissipar-se, foi lançado, com alguma dose de inovação, o ataque. A vitória foi estrondosa. Os espanhóis perderam 9.000 homens de infantaria e 2.000 cavalos deixando em nosso poder 17 peças de artilharia de vários calibres, 3 morteiros, 5 petardos, todo o trem, muitas bandeiras, 15.000 armas, grande abundância de abastecimentos e munições e a correspondência enviada por Filipe IV ao conde-duque que, cavalheirescamente, o conde de Cantanhede restituiu ao seu destinatário¹⁹.

Ameixial (8-VI-1663). D. João de Áustria sai de Badajoz à frente de um exército de 12.000 infantes, 6.500 cavaleiros, 18 peças de artilharia e grande quantidade de munições e abastecimentos e avista Estremoz a 11-V-1664 que considera com defesas muito fortes deixando-a à sua esquerda seguindo para Ameixial onde acampa nessa noite e nos dois dias seguintes. A 13 segue para Sul e a 14 avista Évora que cerca. O conde de Vila Flor decide partir de Estremoz com forças de socorro de 11.000 infantes pagos e 3.000 cavaleiros, marchando já organizado para batalha mas, por alturas de Évora Monte, soube da rendição de Évora pelo que fica em expectativa na região de Alandroal. De Lisboa é dada ordem para da Beira sair Pedro Jacques de Magalhães com 2.500 infantes e 500 cavaleiros. A 4 de Junho o conde de Vila Flor está diante de Évora e D. João de Áustria segue para Norte perseguido pelos portugueses. Na tarde do dia 8 os dois exércitos estão frente a frente sendo o conflito suspenso pela chegada da noite. No dia seguinte os espanhóis tiveram mais de 1.000 mortos e cerca de 2.500 prisioneiros mas nós também sofremos 1.000 mortos e bastantes feridos. D. João de Áustria retirou-se para Arronches e Évora foi socorrida pelo marquês de Marialva²⁰.

Castelo Rodrigo (7-VII-1664). Numa tentativa de forçar a paz com Espanha, explorando o sucesso de Ameixial, o conde de Castelo Melhor procura uma estratégia ofensiva. Na Beira, o duque de Ossuna, governador das armas de Ciudad Rodrigo, pressionava Pedro Jacques de Magalhães reforçado por algumas tropas do conde de S. João. Portugal é invadido por uma pequena força de 3.000 infantes, 1.000 cavaleiros e 7 peças de artilharia, que cá passou sete dias retirando para Ciudad Rodrigo. Pedro Jacques decide pressionar o território adversário e com 2.500 infantes e 400 cavalos passa o rio Águeda e incendeia Sobradillo. O duque de Ossuna retalia com 4.000 infantes, 700 cavaleiros e nove peças surgindo, a 3 de Julho, frente a Castelo Rodrigo, cuja guarnição de 150 homens, governados pelo mestre-de-campo António Ferreira Ferrão, resistiu heroicamente até ao socorro que Pedro Jacques, com 2.500 infantes, 500 cavaleiros e duas peças, reunidos à pressa, conseguiu levar-lhes, surpreendendo os espanhóis com um ataque de que só se aperceberam pelo toque das trombetas e tambores. Retiram os espanhóis que, em desordem, conseguem passar uma ribeira e tentar contra-atacar.

¹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 95-104.

²⁰ Idem, *ibidem*, pp. 104-110.

Sem sucesso, são desbaratados conseguindo o duque, sob disfarce, passar o rio Águeda para Espanha. Tiveram 1.200 mortos entre os quais um filho do duque sem quaisquer baixas portuguesas²¹.

Montes Claros (17-VI-1665). O conde da Ericeira, no seu Portugal Restaurado, diz-nos que «poucas nações houve na Europa que não se achassem na batalha de Montes Claros testemunhando não só o valor, mas a ciência com que foi conseguida esta sinalada vitória, não havendo acidente a que os cabos e oficiais maiores não acudissem de partes diferentes, com tanta prontidão e destreza, como antecipadamente houvessem conferido o que executassem». Os espanhóis, sob o comando do marquês de Caracena, saem de Badajoz a 1 de Junho com 15.000 infantes, 7.660 cavaleiros, 14 peças e 2 trabucos e, parecendo dirigir-se a Portalegre em socorro de Alcântara desde o ano anterior na posse de Portugal, acabam por regressar a Badajoz de onde só saem realmente a 7. Dirigem-se a Vila Viçosa cuja praça, governada por Cristóvão de Brito Pereira, reforçada pelo terço do conde de S. João da Pesqueira vindo de Trás-os-Montes, dispendo de um total de 1.310 homens com 10 peças, é cercada. Caracena apercebendo-se da aproximação de um exército de socorro, levanta o cerco para enfrentar a nova ameaça e a 17 de Junho o encontro dá-se em Montes Claros, a duas léguas de Estremoz, com as forças do marquês de Marialva de 15.000 infantes, 5.500 cavaleiros e 20 peças. Após 10 horas de duros combates, em que Dinis de Melo e Castro, futuro conde das Galveias, faz prodígios com a cavalaria portuguesa, Schomberg demonstra o seu génio militar e o marquês de Marialva aguenta a infantaria dando-lhe o ânimo necessário, é lançada a perseguição às forças espanholas em fuga na direcção de Juromenha com a cavalaria de Melo e Castro e na direcção de Vila Viçosa pelo marquês de Marialva. No final do dia os espanhóis tinham mais de 4.000 mortos e 6.000 feridos ou prisioneiros contra 700 mortos e cerca de 2.000 feridos portugueses. Foi a batalha decisiva das Guerras da Aclamação²².

Meu General Chefe

Minhas Senhoras e meus Senhores

D. João IV morre em 1656, só tendo vivido para saber da vitória portuguesa na batalha de Montijo, mas todas as outras, ocorridas na regência de D. Luísa de Gusmão ou no reinado de D. Afonso VI e do seu ministro conde de Castelo Melhor, dão-se e ganham-se porque D. João IV preparou e organizou política e militarmente Portugal com as reformas de que foi autor.

Muito obrigado pela vossa atenção. Fico ao dispor para questões que queiram ver melhor esclarecidas.

²¹ Idem, *ibidem*, pp. 111-113.

²² Idem, *ibidem*, pp. 113-123.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV – *Actas do XXI Colóquio de História Militar – Nos 250 Anos da Chegada do Conde de Lippe a Portugal*, CPHM, Lisboa, 2012.
- COELHO, P. M. Laranjo - *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza), Embaixador em França*, APH, Lisboa, 1940-1942.
- COSTA, Leonor Freire e CUNHA, Mafalda Soares da – *D. João IV*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2006.
- CRUZ, Miguel Dantas da – *Um Império de Conflitos*, ICS, Lisboa, 2015.
- ESPÍRITO SANTO, Gabriel do - *Restauração 1640-1668*, APH, Lisboa, 2008.
- ESPÍRITO SANTO, Gabriel do – *A Grande Estratégia de Portugal na Restauração 1640-1668*, Caleidoscópio, Lisboa, 2009.
- FARIA, Ana Leal de – *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*, Tribuna da História, Lisboa, 2008.
- FARIA, Ana Leal de - «Guerra e Diplomacia no Século XVII. As Manobras Diplomáticas na Contratação do Conde de Schomberg», *Actas do XXI Colóquio de História Militar*, CPHM, Lisboa, 2012.
- PENIN DE FREITAS, Jorge – *O Combatente Durante a Guerra da Restauração*, Prefácio, Lisboa, 2007.
- PENIN DE FREITAS, Jorge - «Armas e Praças Fantásticas: Efectivos, Armamento e Equipamento das Unidades Estrangeiras ao Serviço da Coroa Portuguesa no Período Inicial da Guerra da Restauração (1641-1645)», *Actas do XXI Colóquio de História Militar*, CPHM, Lisboa, 2012.
- ROIZ, Mateos – *Campanha do Alentejo (1641-1654)*, Biblioteca da UC, Manuscrito.
- SOARES MARTINEZ, Pedro – *História Diplomática de Portugal*, Almedina, Coimbra, 2010.
- VIANA, Vítor Rodrigues – *A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo*, IAEM, Lisboa, 1996.
- ZÚQUETE, Afonso Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Ed. Enciclopédia, Lisboa, 1960.